

DIREITOS HUMANOS EM PAJUBÁ?: CONTROVÉRSIAS, ENQUADRAMENTOS E AGENCIAMENTOS NO ACESSO E PERMANÊNCIA DE PESSOAS TRANS* NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO

Brume Dezembro Iazzetti¹

“ALI MATAM TRAVESTI TODA SEMANA”

Realizada em outubro de 2018 em uma universidade pública brasileira, a *Semana Ressignifica!*² foi um evento organizado por um coletivo formado por pessoas trans*³ estudantes dessa universidade e/ou que ali circulavam. Outros coletivos, tais como organizações feministas, negras e LGBTs, auxiliaram em sua organização. O evento foi o segundo de grande porte realizado nessa instituição com a temática, na esteira da chamada *Semana da Visibilidade Trans*, que ocorreu no ano anterior. Participei de sua mesa de abertura, onde junto a outras ativistas trans* debatemos o acesso a espaços de produção intelectual, incluindo a universidade.

Estávamos em meio às eleições presidenciais, especificamente às vésperas do segundo turno. O período foi marcado por relatos de violência contra grupos historicamente marginalizados, tais como pessoas negras, LGBTs, mulheres, imigrantes e indígenas. Acompanhando esses relatos, sentia que havia um medo generalizado de se engajar em discussões políticas (inclusive dentro do ambiente doméstico familiar, no acirramento de conflitos) e mesmo de sair nas ruas frente ao risco

1 Mestranda em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e graduada em Ciências Sociais pela mesma instituição. Pesquisadora discente do Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU. E-mail: brume.dezembro@gmail.com.

2 Tendo em vista o cuidado com a privacidade dos sujeitos que tive contato ao longo da pesquisa, os nomes de eventos e de pessoas apresentados neste artigo são fictícios.

3 Opto pelo termo trans* como um termo guarda-chuva para uma diversidade de identidades trans* (pessoas transexuais, transgêneros, travestis, não binárias, agêneras...). O termo trans* tem sido utilizado por teóricas/os trans* como um meio de “evocar uma multiplicidade, (...) uma diversidade irreduzível” (RADI, 2019, p. 28).

de agressões. Tendo me assumido publicamente enquanto uma pessoa transfeminina⁴ recentemente, e ainda pouco acostumada aos olhares que esse corpo suscitava no espaço público, meu medo também ali se intensificava. Em redes sociais, dominavam histórias de violências físicas e verbais contra LGBTs. Fui assombrada pelo então recém-assassinato de uma travesti – Priscila – no centro de São Paulo aos gritos de “Ele sim!” e “Bolsonaro!”. Ao mesmo tempo, pouco-a-pouco, emergiam contranarrativas tendo como norte a criação de possíveis coletividades e resistências, tomadas pelo mote “ninguém solta a mão de ninguém”.

Em minhas pesquisas até então⁵, acompanhei esse e outros eventos organizados por pessoas trans* que estudam e circulam nessa e em outras universidades públicas brasileiras, principalmente no Estado de São Paulo. Além do trabalho de campo nesses eventos, realizei entrevistas semiestruturadas com estudantes trans*, buscando compreender como as questões de acesso e permanência eram narradas por esses sujeitos.

Tais experiências atravessam o que tenho chamado de transições, no plural⁶ – incluindo minha autoafirmação enquanto uma pessoa trans, na passagem de 2017 para 2018. Vivía ainda no interior do estado, e vi na universidade um espaço de possibilidade de experimentação de gênero e do corpo de novas formas. Antes do ingresso no Ensino Superior não havia me aproximado intimamente de outras pessoas não

4 A transfeminilidade se refere a identidades como travesti e mulher trans, enquanto a transmasculinidade se refere a identidades como homem trans e transmasculino. Não binaridades podem ou não adentrar as transfeminilidades ou transmasculinidades, no contexto desse artigo.

5 As pesquisas foram realizadas ao longo de um ano e meio de graduação, ambas financiadas pelo PIBIC-CNPq, e seguem em meu atual projeto de mestrado, financiado pela FAPESP. Este artigo tem como foco os resultados do projeto de iniciação científica “De objetos a sujeitos: Narrativas sobre acesso e permanência de pessoas trans* na universidade”, orientado pela Profa. Dra. Regina Facchini e co-orientado pela Profa. Dra. Isadora Lins França. Vale destacar que as pesquisas foram aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) previamente.

6 Tenho desenvolvido o conceito de “transições” em meu atual projeto de mestrado, evitando individualizar ou linearizar esses processos a partir de uma lógica anterior e restrita a dimensão de gênero – o conceito atua como um convite, portanto, a “transitar” também estruturas, instituições e conhecimentos.

heterossexuais e não cisgêneras⁷. A família e a escola eram espaços particularmente hostis, assim como para muitas outras pessoas trans* que liguei ao longo da pesquisa. Os poucos exemplos que conheci eram, nos relatos que ouvia nesses espaços, tidos como anormais ou passíveis de punição, em trajetórias trágicas e, por vezes, disciplinares. Até então, havia encontrado na internet uma possibilidade de encontro com um conjunto mais diverso, em termos de gênero e sexualidade, de corpos e histórias possíveis. Embora essa trajetória seja crescentemente marcada por relatos de violência enquanto uma *corpa* travesti, sentia, naquele momento da graduação, a universidade como um espaço que me garantia algum tipo de segurança e estabilidade possível.

Com o tempo, no entanto, fui me deslocando e alterando, se não ampliando, meu escopo de visão. Atribuo isso as minhas transições por outros espaços, sendo minha ida a uma marcha com temática trans* na capital do estado onde residia, em junho de 2018, um evento marcante em minha trajetória pessoal, intelectual e política. Ali, tive um primeiro contato com uma quantidade considerável de pessoas trans* reunidas coletivamente. Até então, na universidade onde estudava, havia pouquíssimas pessoas trans* visíveis publicamente. Não apenas numericamente, as pessoas que conheci na capital traziam histórias e expunham corpos distintos daqueles que via onde estudava, marcadas por intersecções entre diferenças e desigualdades, tais como gênero, raça e classe. Naquele dia, fiz amizade com estudantes de um cursinho popular voltado para a população trans*, e passei a cada vez mais visitar a capital.

Planejei uma dessas visitas para o meio de outubro de 2018, entre os dois turnos da eleição presidencial. Ao comentar sobre esse plano, fui alertada por uma professora de graduação em minha universidade sobre o perigo que seria aquela viagem naquele momento. Ela me relatou um ocorrido com uma de suas orientandas, que havia sido recentemente agredida no centro da cidade ao andar de mãos dadas com sua companheira. Preocupada, ligo para um dos amigos que havia feito na marcha alguns meses antes.

7 De modo simplificado, podemos compreender, para o argumento desse artigo, que pessoas “cis” são aquelas que não são trans. Para um adensamento do conceito de cis-generidade e seus desdobramentos (tais como os conceitos de sistema e cismatibilidade), ver Vergueiro (2015).

O rapaz em questão morava em uma região afastada do centro da cidade junto a outras três pessoas trans*, jovens estudantes daquele mesmo cursinho. Conversei com ele por telefone sobre minha angústia. Primeiro, ele me confortou, dizendo que, caso não me sentisse confortável, não deveria fazer a visita. Trouxe o relato de minha professora e comentei, apreensiva, sobre o recente assassinato de Priscila no centro da cidade. Parecendo inquieto, lhe perguntei como ele lia toda aquela situação. Ele afirmou que, sob seu ponto de vista, haveria mais uma percepção e divulgação das violências extremas contra pessoas trans* do que propriamente um aumento delas naquele contexto. Relatou, por fim, que viveu alguns anos na região onde ocorreu aquele assassinato, completando: “Amiga... ali matam travesti toda semana”.

Seu relato ressoou no debate que tivemos na mesa de abertura da Semana. Uma das participantes, que enfatizou em sua fala sua experiência enquanto uma travesti negra expulsa de casa na infância e iniciada cedo na prostituição, colocou em disputa a leitura sobre o aumento de violência no período eleitoral. Para ela, o que estaria ocorrendo era que outros grupos sociais, particularmente uma população branca e de classe média-alta, estava sendo atingida por violências que historicamente foram concentradas contra a população negra de estratos populares, assim como na população travesti. Em sua fala, reforçou o histórico de dados, compilados e organizados por ONGs e coletivos, de violência extrema contra pessoas trans*, particularmente mulheres trans e travestis negras na prostituição.

A ativista citou o último relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2020), que afirma que, dos 124 assassinatos contra pessoas trans* ocorridos no país em 2019, 97% das vítimas eram pessoas do gênero feminino, 82% pessoas negras e 90% estavam na prostituição. Assim como em outros eventos, a fala de que o país é o “mais violento contra pessoas trans no mundo” foi recorrentemente enunciada – dado que parte da organização internacional Transgender Europe (TGEU) que, anualmente, compila números de diversos países sobre assassinatos contra a população trans*⁸. A debatedora também trouxe a tona dados referentes a uma intensificação dos processos de genocídio da população negra, encarceramento em massa, extermínio

8 Segundo dados da organização, dos 2.982 casos computados entre janeiro de 2008 e setembro de 2018, cerca de 40% (1.238) dessas mortes ocorreram no Brasil.

da população indígena e aumento da violência policial nos anos anteriores ao período eleitoral – buscando provocar, com isso, a reflexão do que havia de fato de “ruptura” ali, e nos modos como em diferentes e desiguais corpos e histórias ressoava aquele cenário turbulento.

Além do aspecto de olhar crítico sobre tais violências e seus enquadramentos, tomando de empréstimo o conceito de Sonia Alvarez (2014)¹, a mesa foi também atravessada por discussões sobre possibilidades de resistência. Ao longo do debate, foi questionado como seria possível traçar redes afetivas e políticas que se constituíssem no reconhecimento dessas desigualdades e suas interconexões a partir de objetivos comuns, com atenção, também, aos entrelaçamentos de violências que atravessavam naquele período diferentes corpos, mesmo que em localizações históricas e intensidades distintas. Assim, houveram re/configurações e re/imaginações nos modos como se pensa o acesso a espaços de produção intelectual, o tema daquela mesa de abertura – quem historicamente “segurou quais mãos”, em quais momentos, em que medida e até quando? Como outras configurações coletivas, inclusive no âmbito da produção de conhecimento na universidade, poderiam emergir a partir dessas aproximações e fricções nesse contexto, e como seu elemento de ruptura (ou não) era desigualmente vivido pelos sujeitos em suas sensibilidades e afetividades, afinal?

Em relação ao espaço da universidade, foram pensadas políticas institucionais que ao mesmo tempo as atravessavam e as excediam, dada a complexidade das interconexões de violências que acometem corpos trans*, feminilizados e racializados. Assim, foi dito, pautas como o aprimoramento dos sistemas de nome social nas universidades e a criação de políticas afirmativas no ingresso de pessoas trans* na graduação e pós-graduação não poderiam se separar de políticas de permanência estudantil e do fomento de debates e iniciativas sobre o acesso da população trans*, principalmente da população trans* negra e indígena, a serviços de saúde e ao mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, tal perspectiva de possibilidade de acesso à universidade não

1 O conceito de enquadramento tem sido prolífico em reflexões sobre movimentos sociais sob perspectivas feministas interseccionais (a exemplo de FACCHINI; CARMO; LIMA, 2020). Aqui, a ênfase é numa disputa de enquadramentos – tanto internas a movimentos sociais e redes ativistas quanto em suas relações com um exterior constitutivo.

poderia ser mobilizada de modo normativo. A intelectualidade deveria, conforme relatado nesse evento, ser lida de modo amplo, abarcando distintas trajetórias que poderiam atravessar ou não certos espaços de produção intelectual e de reconhecimento institucional, em uma leitura não hierárquica desses percursos de vida, abrindo possibilidades para diferentes existências.

Não por acaso, termos como “interseccionalidade” e “feminismo negro” emergiram nessas discussões. As debatedoras fundamentaram suas reivindicações em perspectivas políticas e epistemológicas fundadas por feministas negras e interseccionais. Um mote fundante nesse pensamento é a afirmação de que mulheres negras em movimento movimentam toda a sociedade (DAVIS, 2016). Falar com e a partir desses corpos marginalizados atravessa necessariamente uma reflexão e uma atuação sobre densas configurações de violência e dominação constitutivas da sociedade como um todo, assim como as potencialidades e limites, políticos e epistemológicos, de distintas posições sociais, suas possibilidades de conexão entre si, e suas respectivas estratégias de resistência ao firmar relações.

Cunhado pela teórica do direito Kimberle Crenshaw (1990) no contexto estadunidense, versando sobre a invisibilidade de mulheres negras em políticas institucionais, o conceito de “interseccionalidade” tem uma história social densa em sua circulação pelo mundo, que tem re/alocado seus limites e potências nos planos teórico e político (NASH, 2018). No debate brasileiro, o conceito se encontra com uma produção anterior que enfatiza as interconexões entre gênero, raça e classe – tais como os escritos de Lélia Gonzalez (1988). Embora o uso do termo não seja consensual em campo, tomo-o como um convite à formação de alianças e redes, sem perder de vista seus pilares na produção de mulheres negras.

Além disso, é importante destacar que a interseccionalidade tem se constituído como uma das bases do pensamento transfeminista brasileiro e latino-americano. Relendo Davis, Renata Carvalho (2018) provoca que quando travestis se movimentam, a sociedade toda se movimenta. Nos convida, assim como Davis faz em relação às mulheres negras no contexto estadunidense, entendidas como base da pirâmide social, a refletir sobre os modos como as questões que atravessam pes-

soas trans* nos possibilitam atuar teórica e politicamente sobre questões amplas da sociedade brasileira.

Por sua vez, Maria Clara Araújo (2018), em sua proposição afrotransfeminista, reforça os modos como genocídio da população negra e transfeminicídio são imbricados na história e na contemporaneidade brasileira. Em resposta à provocação da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, de que “menino veste azul e menina veste rosa”, Araújo argumenta como pessoas trans* estão no centro de controvérsias públicas no país. Assim como as controvérsias são um conceito analítico de entrada nas imbricadas redes de disputa na constituição e implementação de direitos (GONÇALVES, 2019), tais reflexões nos provocam a questionar processos mais amplos de violência e dominação, assim como a emergência de redes afetivas e políticas que incluem e excedem o âmbito legal, no que se refere a população trans*. Nessas controvérsias, a educação surge como uma arena central de disputa, assim como um *locus* reflexivo que desvela a circulação de saberes, corpos e afetos nos entrelaçamentos de redes estatais, ativistas e acadêmicas.

Além do pensamento transfeminista, me inspiro, ao longo deste trabalho, no campo de estudos sobre “direitos LGBT”, a partir de autoras como Regina Facchini (2005) e Silvia Aguião (2014). Esses estudos buscam se atentar não apenas às leis e decretos em si mesmos, mas também em suas disputas constitutivas e o enredado campo que, a todo momento, as re/inscreve, incluindo reações de grupos opostos durante e após sua implementação. Dito de outro modo, podemos compreender que versam sobre circulações a partir de distintos locais na arena política, nos embates desses enquadramentos e no bojo dessas controvérsias, sempre abrindo espaço para os agenciamentos de sujeitos que manejam no cotidiano esses direitos, permitindo, inclusive, seu deslocamento e sua transformação. Historicamente, podemos inserir essa prolífica produção nacional na inserção dos direitos sexuais e reprodutivos no campo dos direitos humanos na política brasileira a partir dos anos 2000 (especificamente, o programa Brasil sem Homofobia, de 2004, atrelado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos), o que também nos provoca questionar suas rupturas e desdobramentos desde então.

Os relatos de campo complexificam o modo como operamos através de diferentes escalas – entre decisões macroestatais e os embates institucionais em torno de leis, e a percepção de seus impactos e seus agenciamentos no cotidiano, inclusive em suas dimensões afetivas. As falas na Semana Resignifica! tensionam o que há de novo nesse período marcado por rupturas de larga escala, mas diferentemente sentidas e manejadas subjetivamente. Ao mesmo tempo, nos convida a refletir e atuar sobre movimentos de contestação e resistência, e as possibilidades de construções coletivas. Para tanto, devemos nos atentar às particularidades dessas trajetórias e as histórias que compõe, no cotidiano, a re/inscrição desses direitos, sem perder de vista os processos sociopolíticos mais amplos que as constituem e as atravessam, possibilitando, nas reverberações dos relatos entre si, a abertura de espaços prolíficos de comunicação, reflexão e atuação conjunta.

Assim, esse artigo, partindo de uma perspectiva transfeminista interseccional e do estudo sobre direitos humanos supracitado, busca entrelaçar relatos etnográficos versando sobre as questões de acesso e permanência de pessoas trans* no Ensino Superior brasileiro frente a processos históricos mais amplos de inserção dessa população na educação formal, ampliação do acesso ao Ensino Superior público e implementação de políticas afirmativas. Tensiono limites dessas políticas e de uma possível leitura antropológica que possa restringir a análise a aspectos legais e estritamente institucionais desses movimentos históricos. Incluo nessa análise controvérsias tais como uma questão que abordou o dialeto pajubá no ENEM de 2018. Assim como no título desse artigo, falar em “pajubá” atua como uma metáfora para um duplo movimento que joga com as fronteiras e possibilidades dessas circulações. Penso, portanto, em uma leitura dos direitos humanos que reconheça, por um lado, dimensões extrajudiciais e extralegais – atenta a limites e potencialidades – e, de um outro, que compreenda no âmbito dos direitos humanos dimensões afetivas, pedagógicas, educacionais e políticas.

MATHEUSA VIVE: CONSTITUIÇÃO DE DIREITOS ENTRE LIMITES E POTENCIALIDADES

Matheusa é lembrada em uma das entrevistas que faço. A estudante entrevistada, que chamarei aqui de Ametista, havia a conhecido pouco

tempo antes de sua morte, que ocorreu alguns meses após se afirmar publicamente enquanto uma pessoa trans:

A morte da Matheusa veio estourando dentro de mim (...) Eu tinha conhecido ela uma semana antes dela morrer, tinha ido na performance dela falando sobre o corpo estranho. Eu dei rolê com ela depois, sabe... então, foi aí que eu falei ‘minha arma é essa, minha arma é viver’. (...) Aquilo mexeu demais comigo, muito, muito. (...) ‘Essa é minha arma’. A Matheusa já tava falando sobre isso a muito tempo, já tava legitimando isso pras pessoas. O trabalho artístico dela era disseminar esse discurso. (...) Não só de resistir – resistir já estamos, é existência, existir nos espaços, vivê-los.

Então estudante de artes visuais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Matheusa Passareli foi assassinada aos 21 anos na mesma cidade onde residia. Em postagem em uma rede social poucos dias antes, afirmou que seu sonho, desde criança, era cursar uma universidade pública “por meio de muito estudo”. Atravessava dificuldades financeiras: o auxílio de 500 reais que recebia da universidade não era o suficiente para mantê-la estudando. Realizava estágios remunerados em museus e vinha trabalhando com arte e moda.²

Em seu percurso na universidade, criou e compôs coletivos artísticos gênero-dissidentes, e já acumulava diferentes produções como poeta, modelo, artista visual e tatuadora. Um dos eixos centrais em sua produção é o conceito de “corpo estranho”: “Ser corpo estranho é ser cidadão (...) é ter tomado consciência da importância de existir (...) eu habito o meu corpo para buscar habitar corpos e espaços nunca conhecidos” (PASSARELI, 2017). A frase parte de um *zine* onde versava sobre suas experiências na universidade, e as interconexões de desigualdades que atravessavam sua história e compunham seu corpo transfeminino negro e seu deslocamento para e naquele espaço.

Assim como para Ametista, esse ocorrido me foi impactante, inclusive no modo em que operava teorias e metodologias até então – passando a enfatizar afetos, vidas, existências, possibilidades e potências de “corpos estranhos” em movimento, mas também compreendendo

² Fonte: TARGINO, Ricardo. Matheusa Passareli vai aparecer em seus sonhos. Mídia Ninja, 8 de maio de 2018.

como nossas trajetórias divergiam a partir de eixos estruturais de desigualdade, e os modos como essa estranheza, e a violência que implicava socialmente, era desigualmente distribuída.

Ao longo do desenrolar da pesquisa isso se intensificou a outros deslocamentos subjetivos e epistemológicos. Lembro ainda do suicídio de um ex-estudante de uma das universidades públicas onde fiz trabalho de campo. Esse ocorrido me deslocou a debates sobre a saúde mental de homens trans e transmasculinos, principalmente da população jovem negra, indígena e de baixa renda, a mais atingida pela exclusão social e pela privação econômica. Segundo dados do Núcleo de Direitos Humanos e Cidade LGBT (2016), 85,7% dos homens trans já pensaram em suicídio ou tentaram cometê-lo, e sabemos que esses dados atravessam eixos marcantes de raça, etnia e classe.

Essa estranheza potente e perigosa me remete ao relato de Patricia Hill Collins na introdução do *Pensamento Feminista Negro* (COLLINS, 2019). Collins versa sobre ser a “primeira” e a “única” mulher negra na universidade, ressoando nos diversos relatos de estudantes trans* que ouvi ao longo da pesquisa que eram os “primeiros” ou “únicos” na história de seus cursos de graduação. Remete, assim, a olhares invasivos e desconfortos, e a um sentimento, por parte desses sujeitos, de não pertencimento – conforme trouxe um estudante em uma fala na mesa de abertura da Semana de Visibilidade, “esse espaço [da universidade] não foi feito para nós”. Ao mesmo tempo, remete à possibilidade de transformação (ou diria, de transição) desse espaço. Das possibilidades de conexão entre e além dessas diferenças e desigualdades – de uma comunicação pela estranheza. No âmbito da produção de conhecimento, esse acesso de corpos e histórias historicamente marginalizados desse e nesse espaço possibilita, enquanto potência, a emergência de epistemologias outras, assim como o reconhecimento e a atuação sobre invisibilidades, ausências e inconsistências.

Inicialmente, podemos traçar o percurso de reconhecimento estatal sobre a população trans* no Brasil a partir dos serviços públicos de saúde. Um primeiro momento dessa história institucional é comumente atribuído à inclusão de travestis em medidas de prevenção de HIV/AIDS por parte do Estado brasileiro, nas décadas de 1970 e 1980 (CARVALHO, CARRARA, 2013). Temos ao final dos anos 2000 a emergência do “processo transsexualizador” no Sistema Único de Saúde (SUS).

Seu precedente recorre a 1997, quando o Conselho Federal de Medicina (CFM) deixou de considerar as mutilações e os procedimentos médicos de mudanças corporais, particularmente cirurgias genitais, nos ditos “pacientes transexuais” (CARVALHO, CARRARA, 2013). Esse é um precedente fundamental no que viriam, anos mais tarde, no desenrolar dos anos 2000, a serem os direitos conquistados pela população trans* no âmbito da educação, que hoje se posiciona lado-a-lado com a saúde como uma arena central de disputa política, em meio a seus próprios jogos de enquadramentos, controvérsias e agenciamentos.

Ao mesmo tempo, diversas autoras transfeministas tem buscado traçar um histórico anterior, repressivo, por parte do Estado, de violências contra pessoas trans* que atravessam processos que, de modo impositivo, representariam marcos históricos anteriores em violências institucionalizadas e legitimadas contra corpos tidos como desviantes e perigosos. Sigo a provocação de Viviane Vergueiro (2015) de re/imaginar a história da população trans* a partir de marcos outros – deixando de imaginar a “primeira” pessoa trans* como aquela, por exemplo, que foi a primeira a realizar certo procedimento cirúrgico.

A autora transfeminista Céu Cavalcanti, junto a mais dois autores (CAVALCANTI, BARBOSA, BICALHO, 2018), retoma a chamada “Operação Tarântula”, vigente no Regime Militar nos anos 1980 na cidade de São Paulo. A ação civil-policial visava “limpar” a cidade frente a então epidemia de HIV/AIDS (que teriam nas travestis seu polo de contaminação), se posicionando publicamente enquanto uma “caça”. Esse trabalho nos provoca a complexificar a leitura histórica das relações entre Estado e a população trans*, marcada por ambiguidades ou mesmo contradições. Nos convida a re/lembrar, também, que, para além das demandas de prevenção contra o HIV/AIDS e outras ISTs no período, o movimento organizado de travestis, desde aquele momento, tinha no fim da violência policial uma de suas principais demandas.

Assim como na mesa citada anteriormente na Semana Resignifica!, tais leituras tensionam percursos históricos em suas dobras e rupturas. Destacam, assim, um possível olhar enviesado de compreensão de processos de reconhecimento estatal por uma via estritamente legal, linear e progressiva, abrindo espaço para outros sentidos, limites e potencialidades – inclusive, em seu elemento “pajubeiro”, nos desloca nos modos como operamos teorias e conceitos. A trajetória de Matheusa,

por um lado, se entrelaça com um campo de possibilidades aberto historicamente – a expansão do Ensino Superior público no país, a implementação de políticas afirmativas e a conquista de direitos da população trans* em diálogo com o Estado a partir de movimentos sociais e redes ativistas. De outro, explicita políticas de extermínio, enraizados nessa mesma história, em sua complexidade, inclusive nas relações com o Estado.

DIALETOS SECRETOS E CONTROVÉRSIAS PÚBLICAS

Em novembro de 2018, uma questão do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que abordava o *pajubá* – descrito como um “dialeto secreto” falado por *gays* e *travestis* com origem no *iorubá* – gerou uma série de controvérsias públicas. O próprio presidente da República se manifestou sobre o caso, afirmando que a pergunta “não mede conhecimento nenhum, a não ser obrigar para que no futuro a garotada se interesse mais por esse assunto”, reforçando ainda a necessidade de abordagem de conhecimentos “úteis” e afirmando que analisaria pessoalmente a prova, com antecedência, no ano seguinte.³

O caso é marcante nos embates entre setores do governo federal e as universidades públicas no que se refere a seu financiamento e autonomia. O ano de 2019 foi marcado por um cabo de guerra na escolha de reitores em universidades federais entre a presidência e o Ministério da Educação (MEC), de um lado, e instâncias representativas da comunidade acadêmica, de outro.⁴ As interferências do governo nas nomeações foram em diversos momentos motivadas pelo que foi denominado de um domínio de partidos de esquerda e da “ideologia de gênero” nas universidades públicas. Em resposta, mobilizações pela defesa da autonomia universitária surgiram em todo o país, marcadas pelo dia 15 de maio de 2019.

A naquele momento presidenta do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), instituição atrelada ao MEC que formula o ENEM, partiu em defesa da questão que abordava

3 Fonte: SALDAÑA, Paulo. Governo Bolsonaro cria comissão para fazer análise ideológica de questões do Enem. *Folha de São Paulo*, 20 de março de 2019.

4 Fonte: SAYURI, Juliana. Bolsonaro já interveio em metade das universidades federais que tiveram eleições para a reitoria. *The Intercept*. 2 de outubro de 2019.

o *pajubá*, afirmando que o exame era de responsabilidade da área técnica, não do governo federal. Posteriormente, ela foi afastada do cargo. Em entrevista de fevereiro de 2020 realizada pela revista *Exame*, disse que sua demissão foi motivada pela citada questão.⁵

O ENEM amarra uma série de linhas e frentes historicamente situadas no âmbito da educação no que se refere à expansão do Ensino Superior público no país e no ingresso de grupos historicamente marginalizados desse e nesse espaço. Vale enfatizar que o exame foi central nas transformações do Ensino Superior ao longo dos anos 2000. O novo modelo do exame se conectou à proposta de unificar o vestibular nas universidades federais brasileiras – havendo em 2010 a criação do Sistema de Seleção Unificada (SISU), crescentemente adotado, integral ou parcialmente, por universidades de todo o país, particularmente aquelas criadas via ReUni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidade Federais).⁶

Segundo, podemos perceber que o conteúdo do exame teve processos de intensa friccionalização, no que se refere a suas controvérsias públicas, caminhando ao final da década, particularmente ao pensarmos nos entrecruzamentos entre direitos humanos e educação, localizadas especialmente nas redações do Exame, que abordaram temas como violência doméstica (em 2015) e intolerância religiosa (em 2016). Pouco tempo depois, na passagem de 2017 a 2018, houve uma mudança nas regras de correção das redações, que deixaram de ser anuladas caso infringissem os direitos humanos, embora ainda implicando na perda de pontos.

O ENEM representa também um histórico importante nas reivindicações de direitos de pessoas trans* no âmbito da educação. Foi instituída em 2014 a possibilidade de solicitação do nome social no exame, número que quadruplicou em 2 anos e voltou a crescer entre 2018 e 2019.⁷ O crescimento acentuado nesse número também pode ser

5 Fonte: DOLIVEIRA, Matheus. Maria Inês Fini, ex-presidente do INEP: “Enem 2019 sofreu censura”. *Exame*, 4 de dezembro de 2020.

6 O ENEM foi também central no desenvolvimento e na ampliação do ProUni (Programa Universidade para Todos), criado em 2004, do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), criado em 1999, e do Ciência sem Fronteiras, criado em 2011.

7 Fonte: MURÇA, Giovana. Uso do nome social cresce no ENEM, mas ainda faltam políticas de inclusão de pessoas trans no Ensino Superior. *Quero Bolsa*, 30 de julho de

observado no Ensino Básico. No Estado de Pernambuco, o número de alunos com nome social duplicou em 4 anos,⁸ enquanto no Estado de São Paulo os pedidos aumentaram em quatro vezes no mesmo período⁹ – havendo uma pequena concentração no Ensino de Jovens e Adultos (EJA), seguido do Ensino Médio e do Ensino Fundamental. Um crescimento considerável também pode ser observado nas inscrições de vestibular para universidades públicas. Ao mesmo tempo, vale enfatizar que esse número ainda é extremamente reduzido quando comparado à população como um todo – no ENEM 2019, por exemplo, foram realizados 394 pedidos de uso do nome social em meio a cerca de 5 milhões de inscrições nacionalmente.

Um efeito indireto na implementação do nome social está na produção desse tipo de dado. Em sua tese de doutorado, Thiago Coacci (2018) ressalta a ausência de estatísticas oficiais sobre a população trans*. O autor enfatiza como organizações protagonizadas por esses sujeitos têm produzido dados quantitativos como resposta à ausência, ou à limitação, do conhecimento produzido historicamente pelo Estado e pela academia. Assim, embora os dados possibilitados de emergirem a partir do nome social se revistam de certa fragilidade (como nem toda pessoa trans* utiliza o nome social, e o fato desse aumento numérico estar também relacionado à ampliação de conhecimento desse direito), eles possibilitam tatear algum tipo de sistematização e comparação dessas informações em diferentes espaços e tempos.

O nome social é uma demanda histórica do movimento trans* brasileiro, visando que pessoas trans* tenham seu nome respeitado em instâncias administrativas e burocráticas. Até 2018, a alteração no Registro Civil era permitida apenas pela via judicial, que comumente exigia a apresentação de laudos médicos que atestassem a realização de determinadas cirurgias (BESEN, 2018), embora o processo de retificação civil judicial fosse autorizado para pessoas cisgêneras a partir de justificati-

2020.

8 Fonte: TEIXEIRA, Marcionila. Aumenta número de estudantes trans e travestis usando nome social nas escolas estaduais. *Diário de Pernambuco*, 25 de janeiro de 2020.

9 Fonte: LEÃO, Ana Letícia. Alunos com nome social quadruplicaram em 5 anos em São Paulo. *O Globo*, 30 de novembro de 2019.

vas como constrangimentos causados pelo nome registrado ao nascer e pelo reconhecimento social do nome a ser retificado.

Uma crescente abertura internacional e a atuação de ativistas em sua extensa rede de articulação permitiu que em 2018 o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizasse a mudança de nome de pessoas trans* diretamente pela via administrativa. Ao mesmo tempo, vale reforçar que o nome social continua sendo um importante direito no cotidiano de pessoas trans*. Ele ainda é, por vezes, a única opção para menores de idade, mediante autorização dos pais (sendo utilizado, por exemplo, por menores de idade que prestam exames vestibulares), e sua solicitação não exige qualquer tipo de desembolso financeiro. Além disso, o nome social é uma opção para pessoas trans* que não podem ou não querem alterar seus nomes judicialmente, o que por vezes é motivado por conflitos familiares ou dificuldades econômicas. Desigualdades interconectadas perpassam o acesso efetivo a esses direitos. Ao longo de minha pesquisa, estudantes de baixa renda relataram obstáculos no processo de retificação dos documentos, que pode ser custoso, particularmente para migrantes de outros estados, devido às dificuldades de obtenção da documentação necessária.

As universidades têm sido um polo no espraio da implementação do nome social em diferentes concursos e instâncias públicas e privadas do país. Um dos primeiros precedentes de seu uso foi em uma universidade pública: em 2009, uma resolução da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) autorizou a inclusão do nome social em documentos internos da universidade. A universidade é uma das cinco que asseguraram o direito de uso do nome social antes de uma portaria do MEC, criada em 2011, que se tornou um primeiro precedente federal no âmbito da educação (DALLAPICULA & FONSECA, 2016). Posteriormente, o nome social passou a ser garantido por meio de decretos estaduais, incluindo seu uso em documentos de identidade. A nível federal, o direito foi garantido em definitivo pelo Decreto nº 8.727 sancionado em 2016, 2 anos após sua implementação no ENEM.

Assim como outros direitos conquistados pela população trans*, o espraio do nome social no Ensino Superior tem seu principal precedente na saúde pública, onde há um primeiro momento de implementação desse direito no SUS, ao final dos anos 2000. Ao mesmo tempo, não é possível ignorar as disputas e tensões nessas mobilizações,

ontem e hoje. O nome social é uma demanda de movimentos sociais e redes ativistas trans* pelo menos desde a década de 1990, que se alinha ao tensionamento dos modos como os processos de retificação civil no país, a partir de distintas leituras da legislação vigente, eram desigualmente operados entre pessoas “cis” e “trans”. Aqui, há uma centralidade do movimento pela despatologização das identidades trans* nas articulações de ativistas com o Estado e a academia (BARBOSA, 2015) tanto nacionalmente quanto internacionalmente.¹⁰

O movimento pela despatologização e em defesa do princípio de autoafirmação das identidades e corpos trans* também acompanha a reivindicação de outras narrativas possíveis, em meio a disputas de enquadramentos. De modo geral, há uma passagem das narrativas de dor e sofrimento associadas a um “corpo errado” naturalizado para narrativas que localizam normas e estereótipos de gênero que excluem certos corpos no âmbito social (BETTCHER, 2014). Em campo, tais relatos em primeira pessoa e a denúncia de violências acompanhou a busca por proposições e os aspectos positivos e construtivos desses corpos em coletivo, incluindo o enlaçamento de e em redes transcêntricas (IAZZETTI, 2019). É a partir desse histórico que temos, nos últimos anos, a abertura de um campo de possibilidades para pensarmos as questões de acesso e permanência de pessoas trans* no Ensino Superior público hoje.

Dito isso, não podemos perder de vista processos anteriores de constituição de desigualdades estruturais e de invisibilização (a exemplo da ausência de dados oficiais), além de desdobramentos recentes na política estatal que re/configuram essas dinâmicas e relações. O caso envolvendo o “pajubá” no ENEM desvela a centralidade que corpos e histórias trans* têm nas controvérsias públicas – conforme trouxe anteriormente a partir de fala de Maria Clara Araújo – que atravessam redes ativistas, acadêmicas e estatais, incluindo mobilizações ativistas e de movimentos sociais, política estatal institucional e esferas diversas da produção de conhecimento dentro e fora da universidade. Gênero e sexualidade estão no centro dessas disputas de sentidos (público/pri-

10 Vale destacar que, também em 2018, a transsexualidade sai da categoria de “transtorno mental” no CID (Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde) e passa a integrar as “condições relacionadas à saúde sexual”, classificada como “incongruência de gênero”.

vado, útil/inútil...) e dos papéis desempenhados pelo Estado no âmbito da educação e no combate a desigualdades historicamente contingentes, podendo inserir essas pautas ou não no campo dos direitos humanos, que ganha diferentes centralidades nesses discursos. O caso nos convida, portanto, a re/imaginar as relações entre Estado, universidade e a população trans* em um contexto contemporâneo marcado por tais complexidades e nuances.

IMPLEMENTAÇÃO DO USO DO NOME SOCIAL E AGENCIAMENTO DE DIREITOS

Embora existam garantias legais, os primeiros pedidos de nome social em universidades públicas costumam vir acompanhados de embates internos. Comumente, sua implementação efetiva nesses espaços segue após um pedido inicial realizado por estudantes trans*, mas que raramente se resolve por completo já nesse momento. Diversos são os relatos e denúncias de suas inconsistências práticas após sua implementação nessas instituições, devido à descentralização de sistemas burocráticos universitários e ao despreparo generalizado para lidar com as questões cotidianas que emergem com a presença de estudantes trans* e suas demandas.

O nome social é um caso interessante para pensarmos sobre as relações entre tais estudantes e a burocracia institucional, em um manejo cotidiano da lei através de densas redes de circulação e nos afetos que suscitam esses encontros e embates. Segui a trilha de um desses conflitos em uma das universidades que acompanhei na pesquisa. O caso em questão envolve a publicação da monografia de uma estudante de pós-graduação, aqui chamada de Jezebel. Em entrevista, ela afirmou ter tido poucos problemas ao longo de sua formação após solicitar o nome social na pós-graduação, mas que isso mudou no período de defesa. O argumento do centro burocrático sobre os decretos que fundamentavam o nome social nessa instituição era que monografias seriam de domínio público, portanto documentos externos à universidade. Sendo externos, seu nome civil deveria estar presente nesse documento – o

que, na leitura legal desse centro burocrático, envolvia uma mistura do nome social e do nome de registro.¹¹

Jezebel e sua orientadora articularam uma extensa rede em defesa de outras leituras possíveis dos decretos estadual e federal que embasavam a implementação do nome social nesta universidade, e seu manejo prático frente ao caso. Embora os decretos exigissem que o nome civil fosse acompanhado do nome social em registros externos, defendeu-se um uso mais discreto do nome civil, que preferencialmente ficasse restrito aos sistemas internos da universidade. Além disso, argumentou-se que, por ser um documento público, haveriam constrangimentos na publicação do nome civil, o que iria de encontro com os objetivos dos decretos. Um agravante nesse processo foi o fato de que a universidade em questão não havia adaptado seus sistemas para o uso do nome social nas inscrições e matrículas na pós-graduação, o que era uma oposição legal direta aos decretos vigentes, passível de ações judiciais.

O conflito foi resolvido após um longo embate entre as partes, não chegando às vias jurídicas. O caso resultou na regulamentação do uso do nome social em monografias e na inscrição a cursos de pós-graduação nessa instituição. No entanto, em entrevista, Jezebel ressaltou sua exaustão ao longo do processo. Afirmou ter sido prejudicada pela morosidade da resolução, que teria gerado obstáculos na continuidade de sua carreira acadêmica. Afirmou que, por ora, não pretende voltar à universidade, embora reconheça o apoio da rede de estudantes, docentes e funcionários que possibilitou o fim daquele conflito.

Além dos entraves burocráticos, ouvi relatos e acompanhei casos onde o corpo da pessoa trans* solicitante aparecia em questão. No caso de Jezebel, grande parte das disputas foi feita *online*, inclusive o requerimento inicial de uso do nome social. Em outros relatos, no entanto – particularmente em universidades onde esse requerimento é feito presencialmente – o corpo da pessoa solicitante foi tido como central nos relatos de estudantes trans*. Um desses estudantes é Marcos. Em entrevista, ele disse que era constantemente interpelado pela administração com impedimentos ao requerer o nome social, sendo transferido de polo em polo burocrático e exigido documentos que

11 No caso de uma pessoa com o nome social “Maria” e o nome de registro “João”, por exemplo, a monografia seria publicada sob o nome de “Maria João”.

atestassem “oficialmente” sua mudança de nome.¹² Ele trouxe ainda, em sua fala, como era olhado com desconfiança por funcionários burocráticos da instituição.

Reconhecendo a ressonância desse relato em outros que havia ouvido, o questionei se esse era o primeiro pedido de nome social naquele espaço. Embora tenha sido um dos primeiros (e o primeiro em seu curso, especificamente), Marcos afirmou que outras solicitações já haviam sido realizadas, e o processo burocrático nesses casos havia sido consideravelmente menos moroso. O estudante de graduação atribuiu as dificuldades de sua solicitação às leituras de gênero postas sobre aquele corpo – sua “passabilidade”, ou seja, o modo como socialmente era lido. O fato de não ser “passável” o diferenciaria de outros solicitantes que tinha tido contato anteriormente, descritos por ele como “passáveis” enquanto homens cisgêneros. Eventualmente, o estudante em questão optou pela retificação civil dos documentos, sem dar continuidade ao pedido de uso do nome social, também enfatizando o cansaço e o desgaste gerado pelo embate.

Um caso próximo foi relatado em outra universidade que acompanhei, onde os requerimentos eram realizados por meio de formulários *online*. Após denúncias de que estudantes trans* estavam tendo seus pedidos de nome social negados pela instituição, teceram-se redes discentes para investigar suas causas e pressionar mudanças. Grande parte destes casos aconteceram no pedido de nomes sociais considerados “neutros” (nem comumente atribuídos como masculinos ou femininos) e parecidos com os nomes civis de estudantes solicitantes.¹³ Os pedidos passavam por uma “avaliação” posterior do centro burocrático em questão, que na validação ou não dessas solicitações considerava que esses nomes não eram de fato nomes, mas apelidos.

Temos em embate, nesses dois últimos relatos, conjuntos de histórias, leituras e performances de gênero e do que são, enquanto “verdade”, pessoas trans* – consequentemente, quem tem ou não acesso a

12 Vale destacar que não há precedente legal para essa exigência (considerando que números de identificação tais como RG e CPF, assim como números de registro interno na universidade, permanecem os mesmos), embora essa seja uma “exigência” posta sobre Marcos e outros estudantes que entrevistei ao longo da pesquisa.

13 Assim, pedidos de alteração tais como “Bruno” para “Bruna”, ou vice-versa, eram aceitos, enquanto solicitações tais como “Bruno” ou “Bruna” para “Bru” eram comumente rejeitadas pela instituição.

determinados direitos e políticas direcionadas a essa população em seu enquadramento legal. Se tensiona, com isso, o princípio da autoafirmação e as necessidades de mediações de ditos “profissionais” (no caso, burocratas), que moveu historicamente os movimentos de despatologização das identidades trans* e, nos provoca, em um outro contexto, a refletir e atuar frente aos modos como esse acesso perpassa mediações desiguais e constituições históricas dessas fronteiras legais sempre em disputa e abertas a agenciamentos. Abertas, portanto, a manejos cotidianos e possibilidades de transformação.

Embora seja um fim possível a esses conflitos, a retificação civil dos documentos pessoais nem sempre soluciona os problemas relacionados ao nome no dia a dia universitário. Mesmo com os nomes alterados em cartório ou judicialmente, estudantes trans* relataram que seus nomes de registro (“nomes mortos”) ainda apareceriam em parte dos serviços administrativos e burocráticos, por vezes publicamente, de suas universidades.¹⁴ No entanto, nesses relatos, tais estudantes afirmaram que tais erros costumavam ser solucionados com mais facilidade devido à possibilidade de pressão judicial e seu aspecto de “caso ganho na justiça”. Ao mesmo tempo, embora tal pressão seja, assim como no relato de Jezebel, um modo de agenciar e reivindicar direitos frente a instâncias institucionais, ao longo da pesquisa houveram pouquíssimos relatos onde de fato ocorreu um processo judicial em meio a esses embates, devido as suas dificuldades econômicas e emocionais. Conforme afirmou Beatriz, estudante que mobilizou a implementação do nome social em sua universidade, em 2011:

Naquele momento foi bastante difícil... tinha aquela coisa na lei, a lei estipulava, mas não sabia exatamente como implementava (...). O decreto [estadual] só conseguiu valer na prática porque tinha uma cláusula de que poderia processar a universidade... Só por ser passível de processo, por *linkar* com essa outra lei, a universidade viu “olha só” (...). Se não tivesse isso eles iam continuar com essa negligência, talvez.

14 Pelo que tenho acompanhado em minha atual pesquisa de mestrado, esses conflitos pareceram se intensificar na passagem para as aulas *online* em meio à pandemia do Covid-19, onde foram ampliadas as mediações desses sistemas descentralizados nas relações entre estudantes trans*, docentes, funcionários e colegas de turma.

Os relatos e casos aqui citados são também emblemáticos para refletirmos sobre a produção de redes de solidariedade e da circulação de corpos e saberes na e além da universidade, e também dos afetos e impactos subjetivos que suscitam desses des/encontros. Tais redes atravessam aqui diferentes entendimentos (por exemplo, quais nomes aparecem em quais documentos, de que forma, e o que de fato constitui um nome, em oposição a um apelido) e agenciamentos da lei (por exemplo, a ameaça de processos judiciais). Ao mesmo tempo, nos possibilita refletir sobre os limites e desafios da efetividade das resoluções de mobilização pela despatologização e autoafirmação de identidades e corpos trans* em um percurso histórico a partir de reivindicações no âmbito da saúde, permeadas aqui por novas mediações burocráticas, administrativas e tecnológicas, onde corpos e histórias atravessados por leituras e performances de gênero são posicionados e delimitados, desigualmente, em distintas fronteiras de acesso.

Gênero é compreendido aqui em suas interconexões com outros vetores de diferença e desigualdade. A “passabilidade” citada por Marcos, um homem trans branco, é desigualmente operada quando falamos em masculinidades negras (PEÇANHA, 2018), por exemplo, onde a leitura social tende a implicar em um aumento da insegurança e da violência no dia a dia. Além disso, notei ao longo da pesquisa que estudantes de baixa renda eram os mais afetados por inconsistências envolvendo o nome social. Em outros casos que acompanhei, estudantes trans* que utilizavam o nome social não conseguiam acessar os refeitórios universitários e os sistemas internos de transporte (que conectavam moradia estudantil e universidade, por exemplo) devido a essas inconsistências. Assim, os agenciamentos e manejos cotidianos desses direitos se chocam com limites e obstáculos estruturais que distribuem possibilidades desiguais de ação.

TRAÇANDO RELAÇÕES E HISTÓRIAS ENTRE PESSOAS TRANS* E A EDUCAÇÃO FORMAL

Apresentando os resultados de minha segunda pesquisa por meio de um pôster em um congresso de iniciação científica, fui interpelada por um grupo de meninas jovens. O congresso em questão incluía tanto estudantes de graduação quanto estudantes da rede pública do Ensino Médio da região. As jovens demonstraram interesse na pesquisa,

afirmando que eram parte de um grêmio estudantil, onde procuravam debater gênero e sexualidade. A temática trans* havia se intensificado naquele momento com a presença de um primeiro aluno transmasculino no Ensino Médio daquela escola.

Lembrei ali do relato de um dos estudantes trans que entrevistei. Ravi havia me dito que haviam pouquíssimas pessoas inseridas na sigla LGBT visíveis publicamente quando cursou o Ensino Médio (e nenhuma pessoa trans, especificamente), em uma escola técnica pública. No entanto, isso havia mudado rapidamente: seu irmão 3 anos mais novo, estudando na mesma escola, compartilhava aquele espaço com um número crescente de estudantes “assumidamente LGBTs”, nas palavras de Ravi, inclusive um colega trans. Conforme relata o estudante a partir de sua trajetória no Ensino Básico:

Tinha uma galera que chutava o balde e falava mesmo. E aí chamavam de viadinho, bixa... e tava lá firme e forte. Era bem minoria, bem minoria mesmo. No Ensino Médio tinha um pouco mais. Eu vejo a diferença... meu irmão estuda no mesmo lugar (...) e a galera é muito aberta agora, teve uma evolução muito grande. Galera se apoiando e tudo mais, falando o que pensa.

Muitas destas pessoas trans* que conversei em minha pesquisa são da mesma geração de Ravi, trazendo em seus relatos um acesso inicial a debates sobre gênero e pautas LGBT pela internet. Entre as pessoas trans* mais jovens, principalmente vindas de escola pública, tais referências partem também de discussões internas às secundaristas no espaço escolar, por meio de grêmios e outras organizações estudantis. Pesquisas recentes têm argumentado como há uma nova geração ativa nesses espaços da educação formal, que ganhou força a partir da leva de ocupações em escolas, em 2015, (ALEGRIA, 2016), principalmente, no contexto paulista. Ao longo de nossa conversa no congresso, relembramos o então recente 15 de maio de 2019, nos atos em defesa da educação em resposta aos cortes sobre o Ensino Superior público propostos pelo governo federal. Assim como mobilizado na Semana Resignifica!, emergem aqui contranarrativas e a busca pela criação de possíveis coletividades e resistências, em um contexto marcado pela

intensificação dessas disputas e tensões entre esferas do governo federal, administração e docência universitária e movimentos estudantis.

Nos últimos anos, acumulam-se produções sobre a violência contra pessoas trans* no ambiente escolar. Um eixo central nessas obras é questionar o termo “evasão”, que parece não dar conta das trajetórias de pessoas trans* nesses espaços, marcadas por violências por parte dos professores, colegas e funcionários. Em seu trabalho de doutorado junto a travestis no Ensino Básico cearense, Luma de Andrade (2012) ressaltava tanto os processos de assujeitamento quanto as práticas de resistência dessas jovens, optando pelo termo “evasão involuntária”, enfatizando, com isso, as dimensões estruturais que permeiam essa saída forçada das estudantes travestis do ambiente escolar, sem perder de vista seus agenciamentos e manejos cotidianos frente a limites e obstáculos estruturais que constituem essas violências.

Ao mesmo tempo, os relatos de Jezebel e Marcos, citados na seção anterior, nos movem a pensar também nos impactos subjetivos e nos afetos gerados nessa permanência (mesmo após a conclusão dos estudos, como no caso de Jezebel), adensando nosso entendimento desses processos e percursos de evasão e de adoecimento. Tomo o termo “adoecimento” a partir da tese de doutorado de Stephanie Lima (2020) versando sobre coletivos LGBT negros em instituições de Ensino Superior públicas, onde a universidade surge como um espaço ambíguo que pode tanto adoecer quanto curar, e nos modos como esses afetos são desigualmente distribuídos através de vetores como raça, classe, gênero, sexualidade e territorialidade. Tais reflexões nos deslocam a pensar quem efetivamente são as pessoas trans* que têm ingressado na universidade quando adotamos uma perspectiva analítica e política interseccional.

Através de uma pesquisa *online*, o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), a partir de uma amostragem de 250 estudantes, concentrada na Região Sudeste (particularmente São Paulo), trouxe um esboço de perfil demográfico. Grande parte dos estudantes trans* na graduação em universidades públicas eram pessoas jovens (entre 19 e 29 anos), transmasculinas e brancas, nesta amostragem. Esse é um perfil próximo daquele que tenho encontrado nas universidades onde realizo trabalho de campo, também em cursos de graduação. Notei ainda que muitos desses estudantes tinham algum tipo de apoio financeiro por parte da

família e vinham, comumente, de escolas privadas no Ensino Fundamental e Médio. Além disso, grande parte desses estudantes havia se assumido publicamente enquanto uma pessoa trans* após o ingresso na universidade. Em uma das universidades paulistas que acompanhei por mais tempo em campo, havia cerca de 40 a 50 estudantes trans* ao todo, sendo apenas 20% estudantes transfemininas e 20% pessoas trans* negras e indígenas, o que novamente nos leva a refletir e atuar sobre políticas internas e externas ao espaço universitário, dadas tais fricções de diferenças e desigualdades. Ao mesmo, tal atenção nos provoca a refletir sobre modos não hierárquicos de constituição dessas redes, tendo em vista a complexidade constitutiva dessas opressões.¹⁵

Os momentos das transições de gênero de estudantes trans* se mostraram também um eixo importante de diferenciação – incluindo aqui processos de autoafirmação enquanto uma pessoa trans*, alterações corporais diversas e a retificação civil dos documentos, que, cada um a seu modo, implicam na movimentação de redes onde esses sujeitos estão imbricados – por exemplo, no possível acirramento de conflitos familiares. A partir do relatório do IBTE (2019) supracitado, há uma quantidade considerável de estudantes trans* que interrompem os estudos para depois retornar à escola ou à universidade, o que também pode ser observado nos dados da população trans* no sistema público de educação, onde há uma concentração de pedidos de nome social no Ensino de Jovens e Adultos (EJA). A esfera da família consanguínea e a possibilidade de independência financeira, surge como um ponto de passagem central no processo de evasão involuntária escolar e universitária, e em processos de adoecimento no desenrolar dessa trajetória educacional formal.

Em muitos relatos que ouvi, assim como em minha própria trajetória (conforme relatei anteriormente), a universidade atuou como um contraponto ao ambiente escolar e familiar. Assim, enquanto nos eventos públicos protagonizados por pessoas trans* nas universidades

15 As relações entre transmasculinidades e transfeminilidades tem sido um tema de meu atual projeto de mestrado. Se, de um lado, estudantes transfemininas relataram uma hipervisibilidade no espaço universitário (através de “olhares” invasivos, por exemplo), estudantes transmasculinos trouxeram uma invisibilização que permeia esses corpos e histórias. Além disso, é necessário considerar que há uma variação, em termos numéricos, entre graduação, pós-graduação e, finalmente, a docência universitária (onde se concentram pessoas transfemininas).

foi enfatizada uma dimensão de denúncia a desigualdades estruturais e violências institucionais, os relatos de estudantes trans* nas entrevistas traziam uma universidade ambivalente, ligada a desconfortos, sofrimentos e adoecimentos, mas também a possibilidade de criação de um espaço relacionalmente seguro e estável, tendo em vista uma trajetória anterior e em meio a sua complexidade constitutiva, assim como nas possibilidades de enlaçamento em redes outras.

Ao mesmo tempo, é necessário se atentar às distribuições desiguais desses afetos e possibilidades de agenciamento. Um exemplo marcante na pesquisa foram as dificuldades enfrentadas por estudantes de baixa renda ao tentar acessar bolsas de permanência. Devido a conflitos familiares, estudantes trans* por vezes não conseguiam comprovar a renda exigida pela instituição. Além disso, embora a renda familiar seja por vezes acima do teto previsto pelo centro de assistência social da universidade, uma parcela de estudantes trans* relatou que não tinha acesso efetivo a essa renda, ou que esse acesso perpassava ameaças e conflitos com a família. Ao longo da pesquisa, encontrei estudantes trans* de baixa renda que recorriam a “bicos” diversos para permanecer na universidade, o que, por sua vez, se choca com as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, principalmente para pessoas trans* negras, indígenas e com deficiência. Entre esses “bicos” incluíam-se, sempre de maneira autônoma, contextual e diversificada, serviços estéticos (tais como corte de cabelo e manicure), domésticos (tais como faxina e organização de casas) e sexuais (tais como a realização de “programas”).

CONTROVÉRSIAS ACERCA DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA PESSOAS TRANS* NO ENSINO SUPERIOR

Nos emaranhados das movimentações históricas citadas até então, temos, nos últimos anos, a constituição e implementação de políticas afirmativas para a população trans* na graduação e pós-graduação. Entre 2017 e 2018 a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) se tornou pioneira no país adotando as informalmente chamadas “cotas trans”¹⁶ na graduação, um ano depois da implementação desse tipo de

16 Embora o termo seja comumente utilizado para se referir às políticas afirmativas para a população trans*, em termos técnicos o modelo mais adotado pelas instituições de ensino superior é o de reserva de vagas, comumente suplementares, em cursos de graduação, ou da criação de vagas adicionais em programas de pós-graduação.

iniciativa em cursos de pós-graduação por parte da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que abriu esse precedente no país. Dados sobre quais universidades possuem tais políticas e em quais cursos são ainda escassos, o que procuro responder ao longo da pesquisa que venho desenvolvendo no mestrado, em parcerias com ONGs, movimentos sociais e redes ativistas. Por ora, foram mapeadas cerca de 30 universidades públicas que contam com políticas afirmativas para pessoas trans*. Grande parte dessas políticas se concentram na pós-graduação (com 6 iniciativas na graduação, em contrapartida), adotando modelos de vagas supranumerárias, havendo uma reserva de vagas adicionais para cada curso, de acordo com o número total de estudantes. Se nota uma grande variabilidade a depender de cada instituição no escopo dessas políticas, podendo se limitar a iniciativas pontuais em um pequeno número de cursos, até políticas afirmativas em todos os programas de pós-graduação da instituição. Em alguns cursos de graduação, tais políticas são direcionadas, ou parcialmente alocadas, para pessoas trans* de baixa renda.

Não é possível falar sobre políticas afirmativas para pessoas trans* sem trazer um contexto de luta mais ampla, encabeçada pelos movimentos negros e indígenas, de defesa das políticas afirmativas em instituições de Ensino Superior públicas. Muitas vezes, essas conquistas acompanham a adoção do ENEM como meio, por vezes seu principal, de multiplicar as formas de acesso ao Ensino Superior público (o que pode incluir processos seletivos específicos, como o caso dos Vestibulares Indígenas, ou editais direcionados a certas populações nos processos seletivos de cursos e programas de pós-graduação). Interligado à implementação de direitos está a crescente atuação de coletivos universitários e da criação de redes de apoio e acolhimento a novos ingressantes, conforme tem sido amplamente estudado nos últimos anos (LIMA, 2020; FACCHINI; CARMO; LIMA, 2020; CARVALHO; CARRARA, 2015).

Vale destacar que todas as universidades que adotaram políticas afirmativas para pessoas trans* na graduação, assim como aquelas com políticas afirmativas de maior escopo na pós-graduação, tem um histórico de busca pela inserção de grupos historicamente marginalizados na universidade. Tais universidades têm uma parcela considerável de vagas por cotas e outros modelos de políticas afirmativas, abrangendo pessoas trans*, negras, indígenas, de baixa renda, pessoas com defi-

ciência, refugiados, populações quilombolas, além de ciganos e pessoas com transtorno do espectro autista e altas habilidades (no caso da UFSB). Por vezes, a aprovação de políticas afirmativas para pessoas trans* é concomitante a adoção de políticas também a outras populações (como ocorrido na UFBA), o que expõe a convergência desses processos históricos e a possibilidade de firmar redes interseccionais.

Tive a oportunidade de acompanhar de perto o processo de adoção de políticas afirmativas em uma dessas 30 universidades. Além do histórico interno de políticas afirmativas, tal universidade tinha um precedente legal no reconhecimento de pessoas trans* e as especificidades de suas reivindicações naquele espaço. Após a ocorrência de um caso onde uma funcionária trans terceirizada foi expulsa de um banheiro público no interior daquele espaço, estudantes e ativistas se articularam para pressionar a produção de uma norma por parte da reitoria que afirmasse o direito de pessoas trans* de acessarem os banheiros com base em sua identidade de gênero. Como resposta institucional, além da norma assinada pela reitoria, afixaram-se placas informativas nas portas dos banheiros da universidade – prática que também ocorre em outras instituições públicas de ensino do país, seja via institucional, seja por ação direta de estudantes.

Além da norma de uso dos banheiros públicos e das placas afixadas, outro precedente importante nessa instituição era a existência de um cursinho popular pré-vestibular, projeto de extensão dessa universidade, onde já havia políticas afirmativas para estudantes trans*. Embora esse não seja um cursinho específico para a população trans*, ele se alinha a um percurso histórico de constituição de cursinhos populares com reserva de vagas para esses sujeitos, ou exclusivamente direcionados a essa população. Segundo relatório do IBTE (2019), estão hoje mapeados cerca de 23 cursinhos populares trans* no país. Esse processo histórico é diretamente influenciado por precedentes nos movimentos negro, indígena e operário.

Em outra universidade, no entanto, os canais institucionais eram mais difíceis de serem atravessados, como relata uma das estudantes que entrevistei, Rosa – mesmo que tal universidade já possuísse institutos e faculdades onde as placas nas portas dos banheiros haviam sido afixadas. Junto a um grupo de estudantes trans* do mesmo local onde estudava, Rosa mobilizou a possibilidade de utilizarem um terceiro

banheiro, até então restrito para pessoas com deficiência, mas que permanecia trancado durante todo o dia.

Como ouvi em outros momentos da pesquisa, Rosa tinha extremo receio de utilizar o banheiro público em sua universidade. Quando possível, se deslocava a pé até sua casa e voltava para a universidade em seguida. Quando não, optava por não ir ao banheiro, gerando desconfortos no seu dia a dia. No entanto, a direção do instituto não aprovou o pedido de uso do banheiro por parte de estudantes trans* – o que não impediu que tais estudantes agenciassem esse acesso de outra forma no seu cotidiano, embora tenham em vista, ainda, o reconhecimento institucional e sua importância política:

O [banheiro] de cadeirantes estava aberto, qualquer pessoa usava... depois começaram a fechar (...) [Falei então com uma representante discente]: “você pode tentar explicar a situação”, é um negócio muito hostil aqui no instituto (...) “será que não pode deixar aberto, dar uma autorização para o pessoal da limpeza?”. Ela levou para a congregação e disseram “pode ficar tranquila, qualquer chave redonda abre [o banheiro]”, esse foi o debate. Todas as pessoas trans [daqui] sabem e é isso, foi esse o debate sobre banheiros. A gente tá pensando em levar esse debate de novo (...). Ter uma posição oficial sobre os banheiros é importante. [As plaquinhas afixadas nas portas] já fazem toda diferença.

Vale destacar que os banheiros são um polo de controvérsias envolvendo pautas trans* em diferentes esferas sociais. Segundo relatório do IBTE (2019) supracitado, o nome social e o acesso a banheiros públicos em escolas e universidades são eixos comuns de negação de direitos fundamentais para estudantes trans*. Por sua vez, Carvalho e Carrara (2015) traçam a história do primeiro coletivo trans* da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), organizado em resposta a pixos considerados transfóbicos nos banheiros femininos.

Tais políticas atuam na construção de espaços mais acolhedores a pessoas trans* – são reconhecimentos institucionais materializados de que elas estiveram, estão e podem estar ali. Mesmo no caso das políticas afirmativas, tais reconhecimentos podem impactar positivamente estudantes trans* e fomentar circulações e enredamentos: um

dos entrevistados, Rafael, afirmou que sua ida ao Nordeste, além de um desejo pessoal, foi motivada pela existência de políticas afirmativas para pessoas trans* na pós-graduação de uma universidade da região. Seu deslocamento para outro estado atravessou dimensões afetivas e novos enquadramentos e possibilidades de existência, produzidos pela adoção dessas políticas institucionais.

Acompanhando, por meio de conversas com estudantes e ativistas, a implementação de políticas afirmativas para pessoas trans* em uma das cerca de 30 universidades com esse tipo de iniciativa no país, me foi relatado que o momento político – particularmente nos entornos das eleições presidenciais de 2018 – foi um objeto de embates nessas reivindicações frente a instâncias acadêmicas. Parte dos opositores à proposta de adoção de políticas afirmativas para pessoas trans* tentaram postergar as votações para depois do período eleitoral, onde as discussões poderiam sofrer mais retaliações por representantes da academia, da sociedade civil e mesmo do governo federal, o que geraria uma maioria contrária às propostas, acionando, com isso, um medo de possíveis retaliações. Embora, como um todo, haja um espraiamento de políticas afirmativas para a população trans* no Ensino Superior público brasileiro nos últimos anos, há casos onde interferências internas e externas impediram o avanço de direitos.

Um caso emblemático dessas controvérsias ocorreu na Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) em meados de 2019. Em julho, a instituição anunciou a reserva de 120 vagas remanescentes do vestibular, em diferentes cursos de graduação. O processo seletivo incluía um vestibular voltado para pessoas transgêneras e intersexo, onde as pessoas candidatas poderiam versar sobre sua história de vida. O Ministério da Educação interviu no edital, afirmando que ele iria de encontro a Lei de Cotas, vetando-o. O caso incluiu o pronunciamento, via rede social, do presidente da República, de que o vestibular seria anulado.

Essa não foi a primeira controvérsia do tipo envolvendo esse tipo de política afirmativa. No ano anterior, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), um edital com reserva de vagas para pessoas trans* em um concurso público foi suspenso após uma ação popular movida por um pastor que afirmava que as cotas seriam um “privilégio” e que a iniciativa seria inconstitucional. O juiz federal responsável pelo caso afir-

mou que, somadas a outras políticas afirmativas da instituição, haveria um “comprometimento do caráter público da seleção”.¹⁷

Outro ponto de tensão é o fato de que as universidades com as políticas institucionais mais amplas e consolidadas voltadas à população trans* serem, em sua grande maioria, federais, muitas delas recentemente criadas, associadas ao ReUni. Tais universidades, particularmente aquelas localizadas nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste do país, são as mais afetadas pelos bloqueios de repasse de verba por parte do governo federal, havendo inclusive o risco de fechamento das portas de algumas dessas instituições, segundo relatório da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) (ANDIFES, 2019).

Nota-se, nessas controvérsias, uma intensa disputa de enquadramentos que permeia diversos espaços, incluindo redes ativistas e movimentos sociais, setores do governo, instâncias jurídicas e esferas da produção de conhecimento na universidade. Oposições internas e externas a tais iniciativas se emaranham em frentes e pautas em si mesmas densas, desde críticas específicas a necessidade de políticas afirmativas para a população trans* até o fim das políticas afirmativas como um todo, ou mesmo do desmonte da universidade pública como é hoje estruturada. Por sua vez, redes ativistas, acadêmicas e estatais, contextualmente, têm se firmado em defesa da existência, da ampliação e do aprimoramento de políticas afirmativas, assim como a defesa da educação superior pública, e os sujeitos, em seu cotidiano nesses espaços, agenciam e se enredam visando reconhecimentos efetivos das instituições e a garantia de sua permanência na universidade.

FUTUROS POSSÍVEIS?: A UNIVERSIDADE E SUAS AMBIVALÊNCIAS

Sempre ao final das entrevistas, abria espaço para a pessoa que entrevistava fazer comentários sobre a nossa conversa. Aquele era um momento de discussão breve de como a pessoa se afetou com aquele encontro, assim como uma abertura a possíveis críticas e sugestões para entrevistas posteriores. Com o tempo, passei a compartilhar minha própria experiência sempre que pertinente durante a entrevista, a depender do

17 Fonte: REDAÇÃO LADO A. Juiz Federal suspende edital da UFRJ com cotas para trans. Lado A, 30 de agosto de 2018.

caminho de cada conversa. Ouvi relatos que trouxeram a importância dos ativismos na permanência de estudantes, enquanto outros enfatizaram as redes transcendidas tecidas no interior da universidade. Outros, por sua vez, centralizaram questões familiares – muitas delas ainda descritas como objetos de conflitos e sofrimentos – e um passado escolar turbulento (ou, raramente, nostálgico). Já em outros, surgiram comentários sobre estudos e pesquisas na universidade, incluindo projetos focados em temáticas trans* nas mais diversas áreas do conhecimento. Mais a vontade que nas primeiras entrevistas, conversava com um recém-graduado que havia sido recentemente aprovado no mestrado, Rafael (citado anteriormente). Ao final de nossa conversa, ele disse que tinha como sugestão, para minhas próximas perguntas em entrevistas, falar sobre o futuro.

Sua fala foi provocante e podemos re/traçá-la de outro modo ao nos perguntarmos quais os futuros possíveis desses “corpos estranhos” em trajetória – e no encontro antropológico dessas histórias, produzindo ruídos e ressonâncias. Comecei a fazer a mesma pergunta ao final de toda entrevista, perguntando sobre as expectativas de futuro daquelas pessoas que tive oportunidade de me aproximar em campo. Algumas delas me responderam com base em planos de vida – “me formar”, “continuar com a minha namorada”, “comprar uma casa própria”. Um segundo grupo respondeu demarcando incertezas e angústias, principalmente referentes aos cortes de financiamento em universidades públicas vigentes naquele momento, em um tenso “e se” – “se ainda tiver bolsa, pretendo me formar”, “se conseguir emprego nesse cenário, pretendo me mudar daqui”. Uma das respostas me é marcante, em específico. Questionada sobre seu futuro, a estudante de graduação Lia afirmou:

Sei lá, é muito bizarro pensar em futuro... porque qual o futuro, entendeu? Pensar sobre futuro é um privilégio de poucos (...). Obviamente eu penso em futuros (...). Ter uma casa, saca, um carro, ter condições de comer bem – comer bem, não só ir sobrevivendo. É delicado pensar sobre futuro. Fico pensando até quando vai o futuro de uma pessoa trans. É um futuro muito próximo.

Muitas das trajetórias que ouvi de estudantes trans* reverberam em minha própria – pessoas que encontraram na universidade uma possibilidade de experimentar seu corpo e seu gênero de outro modo, um espaço mais seguro que suas escolas e seu ambiente familiar, e que possibilitou a construção de redes envoltas em certa identificação. Conforme pontuei anteriormente, esses dados complexificam o modo como comumente tem se estudado os ambientes educativos formais, enfatizando resistências e agenciamentos nesses espaços, conforme citei anteriormente a partir de Andrade (2012), e que também podemos traçar, de outro modo, a partir de produções como a de Lima (2020) no contexto universitário. Assim, a escola e a universidade surgem não apenas como um espaço normativo e opressivo, como um espaço internamente complexo, interpelado por violências, mas também outras possibilidades de vida e existência, na emergência de coletividades e resistências.

Ao mesmo tempo, sob uma perspectiva interseccional, e pensando nos enquadramentos imbricados nesse processo, inclusive nos atravessamentos e efeitos de decisões macroestatais, a compreensão subjetiva da universidade como espaço seguro se adensa, expondo seus limites e ausências, conforme trouxe anteriormente a partir da trajetória da Matheusa Passareli. Lembro, ainda, de minha transição por entre os espaços da universidade, na cidade onde residia, e na capital do estado, junto a estudantes e ativistas, onde encontrei trajetórias marcadas por eixos de raça, classe e territorialidade, assim como tensas relações familiares e momentos anteriores de transições de gênero, que destoavam daquelas que tendia a ouvir na universidade e, contextualmente, me defrontavam com o encontro de meus próprios privilégios.

Trago, por fim, o relato de Marina, com uma trajetória que destoava daquelas que ouvia até então, nos provocando a questionar tais limites e ausências nesses espaços. Tendo se afirmado enquanto travesti antes do ingresso da universidade em meio a tensas relações familiares, e vivendo nesse período uma série de dificuldades econômicas, ela relata o des/encontro com estudantes trans* na universidade a partir dessas diferenciações em sua trajetória. Ao questionar se ela havia tido contato anteriormente com outras pessoas trans*, sua resposta gerou ruídos naquelas que ouvia até então, onde um primeiro contato havia sido feito pela internet ou na própria universidade. Tendo vivido na capital,

ela reforçou que convivia com outras travestis no seu dia a dia, e, em suas relações tecidas com elas, encontrava um acolhimento que não via no espaço da universidade:

Antes da universidade meu círculo era 90% de travestis (...). [Mas] eu era a única pessoa LGBT na escola inteira (...). Todo mundo que eu conheço na universidade começou a transição aqui (...). Eu já entrei tendo transicionado (...). [A universidade] não é acolhedora. Não me sinto acolhida, não me sinto confortável. Não sinto que meu corpo deveria estar aqui (...). Esse lugar não é lugar para gente pobre (...). Foi muito chocante chegar aqui e falar que não tinha dinheiro [para comer]. As pessoas ficaram completamente chocadas. E na minha experiência de vida alguém falar que morava numa casa era chocante pra mim. Ter uma casa própria, “moro com a minha família, minha família me aceita”. Isso era chocante pra mim” (...). O caminho da travesti é muito solitário. E essa é a parte que mais dói. É uma solidão forçada e compulsória, que machuca muito e te faz te machucar. É o que mais tô cansada. De me sentir sozinha, mesmo estando cercada de várias pessoas na universidade.

Sob uma perspectiva interseccional é possível complexificar uma leitura uníssona das experiências de estudantes trans*, marcadas por vetores de desigualdade interconectados e relacionalmente emergentes. Apontei anteriormente o momento das transições como um eixo importante, assim como vetores de gênero, raça e classe. De maneira inversa, não apenas podemos multiplicar esses corpos e histórias, deslocando enquadramentos analíticos, mas a própria universidade em seus espaços constitutivos. A universidade, nos relatos, se revela, ela mesma, composta de maneira múltipla, em espaços conectados em distintas proximidades – entre salas de aula, corredores, centros de pesquisa, bibliotecas, festas, moradias estudantis, repúblicas, burocracias e administrações... – que configuram diferentes agenciamentos, possibilidades de expressão corporal e de gênero, e atuação política.

As diferenças entre cursos são aqui um exemplo marcante, em suas particulares possibilidades e limitações – adensando a discussão realizada anteriormente de quem são, efetivamente, as pessoas trans* na universidade pública brasileira. No relato de uma estudante das ciên-

cias sociais, por exemplo, foi descrita a dificuldade de inserção no bacharelado, deslocando-a para a licenciatura e garantindo sua permanência. Isso também aparece, de modo semelhante, no relato de estudantes nas exatas, que optavam por sair do bacharelado devido a conflitos com docentes, além da alta carga de estudo, que tendia a se chocar com embates familiares, catalisando processos de adoecimento e movendo tais estudantes para outros espaços da mesma instituição. A universidade pode, justamente devido a sua complexidade constitutiva, atuar, de modo ambivalente, como um espaço de cura nessas trajetórias, incluindo a aproximação com docentes, grupos de pesquisa e colegas de turma. Ao mesmo tempo, se torna produtivo pensarmos em termos de ciências, no plural, adensando – assim como propomos anteriormente ao pensarmos sobre direitos, violências e resistências – o modo como encaramos as especificidades de cada área do conhecimento, atentos também a possibilidades comparativas e a consolidação de alianças políticas.

Explicitar essa heterogeneidade é fundamental no reconhecimento de trajetórias distintas em suas transições, deslocamentos e relações estabelecidas em rede – conforme proposto nas falas da mesa de abertura da Semana Resignifica!, citadas no início deste artigo. Isso não envolve uma queda ingênua em uma pulverização individualizada de experiências, mas na atenção à densidade desses processos subjetivos e na colocação desses relatos e trajetórias lado a lado, produzindo ruídos e ressonâncias, movimentando enquadramentos (inclusive analíticos) e possibilitando a reflexão e a atuação sobre limites desigualmente e historicamente constituídos, e também potencialidades de futuros outros. Com isso, os relatos de estudantes trans* “em pajubá” nos permitem refletir sobre outras possibilidades de existência – assim como convida Matheusa Passareli, em seus escritos – também para a própria universidade e para a produção de conhecimento antropológico.

Como efeito, barreiras teóricas e políticas são por ora borradas e, em sua abertura, possibilitam a emergência de conexões inesperadas. Assim, ao falarmos de acesso e permanência de pessoas trans* na universidade em um artigo sobre direitos humanos, temos, de um lado, a atenção a dimensões extrajudiciais e extralegais ao versarmos sobre legalidades e instituições, e de outro, a atenção a dimensões afetivas, pedagógicas, epistemológicas, educacionais e políticas ao dissertarmos

sobre o campo dos direitos humanos. Além disso, temos como efeito a extrapolação de um “recorte” de pesquisa em sentido restrito, em suas especificidades e particularidades, que sob uma fundamentação interseccional, permitem estabelecer conexões e alianças com corpos e histórias outras, a partir de perspectivas comuns, no encontro e no reconhecimento, com isso, de futuros possíveis em coletividade, atentos a suas diferenças e desigualdades historicamente contingentes.

A sua não ingenuidade reside, como contraponto, no cuidado a convergências que atravessam processos de constituição e implementação de direitos e as relações cotidianas de sujeitos com direitos e legalidades em meio a instituições e seus âmbitos burocráticos e administrativos. Envolve, ainda, a inserção dessa etnografia situada em algumas universidades públicas do país em um cenário federal mais amplo. Cenário esse que é produtor e produto dessas relações, objeto e sujeito das miudezas das práticas cotidianas. Suas controvérsias enredam diferentes escalas – entre agentes, campos e redes – e possibilitam, a seu modo, firmar conexões teórico-políticas e outras. Minha intenção nesse artigo, portanto, não é esgotar o que há para ser dito a partir das mobilizações e falas feitas em campo, produzindo um completo fechamento, mas levá-las a sério em sua complexidade, reconhecendo também meus próprios posicionamentos, sem cortar os fios soltos que nos possibilitam estabelecer relações outras, contribuindo em um sentido reflexivo e prático nos direitos humanos como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIÃO, Silvia. *Fazer-se no Estado: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo*. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- ALEGRIA, Paula. *Sexualidade, política e juventude: uma etnografia das configurações de experimentação da sexualidade e do movimento estudantil entre alunos de uma escola pública*. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- ARAÚJO, Maria Clara. Afrotransfeminismo e a necessidade de quilombos de afeto para travestis negras brasileiras. *Alma Preta*, 25 jul.2018.
- ANDRADE, Luma. *Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa*. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2012.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). *Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019*. BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara N. B. (Org.). São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018, maio de 2019. *Relatório online*.
- ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, n. 43, p. 13-56, 2014.
- BARBOSA, Bruno César. *Imaginando trans: saberes e ativismos em torno das regulações das transformações corporais do sexo*. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- BESEN, Lucas Riboli. “*Pode tudo, até ser cis*”: Segredo de justiça, cisgeneridade e efeitos de estado a partir de uma pecigrafia dos processos de retificação do registro civil em Porto Alegre/RS. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Grande do Sul, 2018.
- BETTCHER, Talia Mae. Trapped in the wrong theory: Rethinking trans oppression and resistance. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 39, n. 2, 2014.
- CARVALHO, Renata. Transfácio: “bem-vindes” a era do traviarcado. In: LEAL, Dodi; DENNY, Marcelo. *Gênero expandido: performances e contrassexualidades*. São Paulo: Annablue, 2018.
- CARRARA, Sérgio; CARVALHO, Mario. Ciberativismo trans: considerações sobre uma nova geração militante. *Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura*, v. 13, n. 2, 2015.

CARRARA, Sérgio; CARVALHO, Mario. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana*, v. 14, 2013.

CAVALCANTI, Céu; BARBOSA, Roberta & BICALHO, Pedro. Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a Travestis no Brasil Pós-redemocratização. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, n. 2, 2018.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stan. L. Rev.*, v. 43, p. 1.241, 1990.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

COACCI, Thiago. *Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil*. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2018.

DALLAPICULA, Catarina; FONSECA, Miguel da Silva. *Enredamentos enunciativos nas primeiras IFES a adotarem o nome social no Brasil*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE, 4.; ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNERO, 2., 2016, Espírito Santo. *Anais...* Espírito Santo: Universidade Federal do Espírito Santos, 2016.

DAVIS, Angela. *Mulher, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos1990*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina; CARMO, Íris Nery do; LIMA, Stephanie Pereira. Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. *Educação & Sociedade*, v. 41, 2020.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.

GONÇALVES, Alexandre Oviedo. Religião, política e direitos sexuais: controvérsias públicas em torno da “cura gay”. *Religião e Sociedade*, v. 39, n. 2, 2019.

IAZZETTI, Brume. O dentro e o fora: intersecções do “ser trans” na (e além da) universidade. *Anais da Reunião de Antropologia do Mercosul*, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO TRANS DE EDUCAÇÃO (IBTE). As fronteiras da educação: a realidade dxs estudantes trans no Brasil. *Relatório online*, 2019.

LIMA, Stephanie. “A gente não é só negro”: interseccionalidade, experiência e afetos na ação política de negros universitários. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2020.

NASH, Jennifer C. *Black feminism reimagined: after intersectionality*. [S. l.]: Duke University Press, 2018.

NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA LGBT. Projeto transexualidades e saúde pública no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans. Universidade Federal de Minas Gerais. *Relatório online*. 2016.

PASSARELI, Matheusa. *O Rio de Janeiro continua lindo e opressor*. Publicação independente (zine), 2017.

PEÇANHA, Leonardo M. B. Visibilidade Trans pra quem? Parte II – Um olhar Transmasculino Negro. *Negros Blogueiros*, 29 jan. 2018.

RADI, Blas. Políticas del conocimiento hacia una epistemología trans*. In: SEOANE, Mariano López (Ed.). *Los mil pequeños sexos: intervenciones críticas sobre políticas de género y sexualidades*. Argentina: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2019.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Bahia, 2015.